

IBRE: combate à inflação só após eleições

Rio — A perspectiva de um programa de maior contenção inflacionária e a concessão de maiores incentivos para o setor exportador deverão ser aguardados apenas após as eleições de novembro, segundo previsão da "Carta do Ibre", que resume os pontos de vista do corpo técnico do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas. Até lá, a política econômica continuará ao sabor das contingências do momento, mesmo porque está muito reduzido o espaço de manobra do governo.

Segundo os técnicos da FGV, a reincidência inflacionária se deve à influência das emissões de moeda que vem ocorrendo desde o segundo semestre de 1981, em ritmo mais acelerado, embora quase sempre abaixo do nível da inflação. Para se entender a elevação dos preços no primeiro semestre que atingiram a 47 por cento acumulados, o que daria uma taxa anual de 116 por cento, se repetida no segundo semestre, basta cotejar a expansão da base monetária desse ano, (22,3 por cento, contra igual semestre de 1981 de 13,4 por cento).

Mostra a "Carta do Ibre" que a política monetária restritiva encontra barreiras, na medida em que a competição por recursos financeiros exige que o próprio governo se torne em fator de elevação da taxa de juros, pela maior remuneração que tende a oferecer aos poupadoreis em geral. Como a alta dos juros reais contagia o ambiente econômico com desânimo em relação à produção, com os empresários considerando que é melhor ganhar os juros de seu capital do que empregá-lo no processo produtivo de bens e serviços, as próprias autoridades monetárias percebem que existe um limite político para o aperto monetário.

Reconhece a Fundação Getúlio Vargas a recuperação econômica verificada até agora; mas alerta, que, nem por isso, deve ser motivo de exaltação antecipada a gradual elevação dos índices do produto industrial. Isto porque a recuperação da indústria este ano ocorre quando o setor não consegue apresentar o mesmo resultado do ano anterior.